



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER N° 526/2021 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 12/2020.

O presente projeto de resolução, de autoria dos Nobres Vereadores e Vereadoras Celso Giannazi (PSOL), Adilson Amadeu (DEM), Alessandro Guedes (PT), Antônio Donato (PT), Atilio Francisco (REPUBLICANOS), Camilo Cristóforo (PSB), Cláudio Fonseca (CIDADANIA), Daniel Annenberg (PSDB), Edir Sales (PSD), Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Fábio Riva (PSDB), Gilberto Natalini (PV), Gilson Barreto (PSDB), Isac Félix (PL), Noemi Nonato (PL), Quito Formiga (PSDB), Reis (PT), Ricardo Nunes (MDB), Ricardo Teixeira (DEM), Rodrigo Goulart (PSD), Soninha Francine (CIDADANIA), Souza Santos (REPUBLICANOS), Toninho Vespoli (PSOL) e Xexéu Trípoli (PSDB), dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar em defesa da Cinemateca Brasileira, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade

A Comissão de Administração Público manifestou parecer favorável à propositura.

No que respeita ao objeto em análise, esta Comissão considera importante remontar aos seus aspectos históricos e artístico-culturais. Como já é amplamente sabido, a Cinemateca Brasileira é uma instituição com profundas raízes na trajetória paulistana e brasileira. Seu surgimento se deu na esteira de um relevante movimento cultural que tinha na origem jovens intelectuais e críticos paulistanos que, em fins da década de 30, constituíram o Grupo da Revista Clima. Este grupo, financiado por Alfredo Mesquita, era composto por nomes promissores na cidade de São Paulo: Lourival Gomes Machado, artes plásticas; Antonio Cândido, literatura; Paulo Emílio Salles Gomes, cinema; Décio de Almeida Prado, teatro; Ruy Coelho, alternava entre estes quatro domínios; e Gilda de Mello e Souza, ficcionista.

Esses intelectuais cresceram e se formaram nas primeiras décadas do século XX, numa cidade de que mal se libertara do provincianismo da elite cafeicultora. Segundo o historiador Richard Morse, as relações comunitárias ainda resistiam numa ordem societária tímida e marcada pelos laços de parentesco. Nesse contexto, o cinema acabou sendo uma espécie de ariete da modernidade e dos seus desdobramentos sócio-culturais. Modalidade artística urbana por definição, o cinema instituiu práticas e difundiu valores de características cosmopolitas e contribuiu para a fermentação de uma cultura urbana tardia em São Paulo. O crítico Paulo Emílio logo percebeu o potencial político e social do cinema e, articulado aos demais amigos do Grupo Clima, procurou estimular encontros e discussões em torno de obras recém chegadas do exterior. Eisenstein, Lang, Renoir, Ford, entre outros grandes cineastas, deram ensejo a reuniões que se tornaram célebres naquela cidade que ensaiava seus passos de metrópole. Com base nessa experiência, por volta de 1940 é constituído o Clube de Cinema de São Paulo, sediado nas dependências do Museu de Arte Moderna, na rua 7 de abril, e muito próximo do importante pilar da vida intelectual paulistana que era a Biblioteca Municipal (atualmente denominada de Mário de Andrade).

A dinâmica de debates e encontros no Clube de Cinema não objetivava apenas a apreciação estética das obras cinematográficas. Como militante político, vinculado ao Partido Comunista do Brasil, Paulo Emílio via o cinema como um elemento de conscientização e mobilização política. Foi o que aprendeu com os franceses, particularmente com o historiador Georges Sadoul, nas inúmeras visitas que fez ao país considerado a matriz da cinefilia. E foi com essa perspectiva conscientizadora que Paulo Emílio e os intelectuais do Grupo Clima imprimiram um novo modo de ver cinema, que ia muito além do entretenimento. Para eles, severos críticos da indústria cultural, as obras cinematográficas eram elaborações estéticas

que reverberavam em suas estruturas formais tensões sociais profundas, radicadas antes de tudo nas relações de classe próprias da sociedade capitalista. Nesse sentido, assistir a um filme possibilitava, quando devidamente debatido, a transcendência do olhar para um projeto civilizatório complexo e que se difundiria por outras regiões do país, com destaque para o Rio e Salvador (onde eclodiria o Cinema Novo).

Em setembro de 1947, graças a sua rede de contatos europeus, Paulo Emílio filiou o Clube à International Federation of Films Society - IFFS (Federação Internacional dos Clubes de Cinema, em tradução livre), o que inseriu o pequeno acervo fílmico nacional no circuito internacional de entidades de documentação e arquivo cinematográfico. Porém, o passo mais importante se deu em 1948, com a filiação à International Federation of Film Archives - FIAF (Federação Internacional de Arquivos de Filmes, e tradução livre), entidade das mais respeitadas e à qual a Cinemateca está filiada até os dias de hoje.

Em março de 1949, o Clube estabeleceu um acordo com o então recém-criado Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), para a criação da Filmoteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo, com o intuito de fortalecer a dinâmica cultural brasileira por meio de grandes mostras realizadas em conjunto com outras instituições culturais de São Paulo e objetivando a geração de espectadores com capacidade crítica. Finalmente, a autonomia veio em 1956, quando o Clube se transformou na Cinemateca Brasileira, uma sociedade civil sem fins lucrativos com a intenção de preservar o patrimônio cinematográfico nacional e universal.

Em 1962, por iniciativa do renomado cineasta Rudá Andrade, foi organizada a Sociedade Amigos da Cinemateca, cujo objetivo era a de atrair patrocínios e garantir a sustentação financeira da então Fundação Cinemateca Brasileira. Ao longo de décadas a Cinemateca funcionou sob o impacto de oscilações administrativas, até que em 1984 foi incorporada ao Ministério da Cultura, especificamente à Fundação Pró-Memória, e se tornou parte do aparato estatal de cultura. Em 2003, a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura assume a Cinemateca Brasileira, objetivando convertê-la num importante instrumento de promoção da cultura audiovisual no país. Essa orientação será acentuada entre 2008 e 2013, com o intenso aporte de recursos investidos pelo antigo Ministério da Cultura, em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca. Esse percurso ascensional, entretanto, sofre uma brusca interrupção em 2013, quando disputas no âmbito ministerial trazem à tona denúncias contra a Cinemateca, o que leva a uma auditoria administrativa que resulta na exoneração de seu diretor e na suspensão no repasse de verbas do Ministério da Cultura para a entidade; a consequência direta foi a demissão de 43% do corpo de funcionários. É o início da crise que durará até os dias atuais.

Um ponto que merece toda a atenção é o fato de que, desde 1978, a Cinemateca Brasileira possui um Laboratório de Restauração devidamente equipado, que foi reconhecido pela FIAF (International Federation of Film Archives) como um exemplo para as cinematecas latino-americanas. Entre as suas competências permanentes está a restauração de filmes do acervo em estado de deterioração, a transferência de materiais em suporte de nitrato de celulose para suporte de segurança (poliéster) e a confecção de cópias (matrizes ou reproduções para empréstimo).

O que diferencia o Laboratório de Restauração da Cinemateca Brasileira dos demais são equipamentos como: o copiador óptico, capaz de processar filmes 35 mm com até 4% de encolhimento; a mesa de comparação com 4 pistas; a moviola-telecine para filmes de 35 mm e de 16 mm que, ao contrário de copiadores normais, consegue projetar filmes até mesmo em estado de alta deterioração. É também um dos poucos laboratórios da área de cinema que faz controle sensimétrico de cópias em 35 e 16 mm.

Além de cuidar da recuperação de materiais do acervo da Cinemateca Brasileira, o Laboratório de Restauração também está envolvido em projetos externos, que são fruto de parcerias com produtores e pesquisadores. Um exemplo disso é o Acervo Glauber Rocha - Cooperação técnica para a restauração do acervo Glauber Rocha, o que inclui as obras primas Barravento e A idade da terra.

Conhecida como a quinta maior cinemateca em restauro do mundo, a instituição abriga 250.000 rolos de filme, sendo 44.000 títulos de curta, média e longa-metragens, além de programas de TV e registros de jogos de futebol.

Apesar de toda essa relevância, técnica e cultural, a trajetória da Cinemateca Brasileira seguia enfrentando grandes dificuldades. No entanto, foi na gestão federal atual, sob a presidência de Jair Bolsonaro, que o quadro sofreu o golpe fatídico. Como se sabe, não há nenhum plano de cultura, muito menos de política de audiovisual, pelo contrário, o sentido sugerido é o da desconstrução da estrutura cultural vigente. Isso colocou a Cinemateca Brasileira em total desamparo. Administrada até 2020 pela Organização Social Associação Roquette Pinto (Acerp), escolhida em edital, a instituição sofreu cortes de repasses obrigatórios. O que aconteceu foi que o contrato da Cinemateca (assinado pelo então ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão, durante o governo de Michel Temer) era vinculado a outro contrato que a Acerp mantinha com o governo, no Ministério da Educação, para a gestão da TV Escola. O então ministro da Educação, Abraham Weintraub, decidiu unilateralmente não renovar este vínculo, que se encerrava em 2019, e assim o acordo com a Cinemateca ficou num limbo. A Acerp fez seus esforços para manter a instituição funcionando até agosto de 2020, quando, acompanhado de agentes da Polícia Federal, um membro da Secretaria Especial da Cultura foi até a instituição “pegar as chaves”.

Nesse contexto, o Ministério do Turismo, ao qual a Secretaria está vinculada, prometeu que em poucas semanas um novo contrato de gestão seria lançado, o que ainda não ocorreu (maio/2021). É necessário lembrar a urgência da situação, pois a questão da Cinemateca envolve diversos fatores sensíveis, como a formação específica e sofisticada de seus funcionários (muitos com décadas de experiência acumulada na instituição), a manutenção sistemática dos equipamentos de refrigeração e de arquivos de material fílmico e a necessidade de segurança especializada no local, para evitar acidentes como o incêndio em 2016 que consumiu mais de mil rolos de filmes.

Acionado por representações da sociedade civil e por políticos, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública cobrando da Justiça um posicionamento quanto à necessidade urgente de tomada de posição governamental. Uma liminar decidiu pela suspensão da ação, mas o processo ainda persiste. No dia 17 de dezembro de 2020, uma carta assinada pelo movimento S.O.S. Cinemateca, apoiada por mais de cem produtores audiovisuais, foi entregue à Secretaria do Audiovisual. Isso porque, apesar das promessas do Secretário do Audiovisual, Bruno Côrtes, de que a Sociedade Amigos da Cinemateca seria contratada para executar um plano de trabalho emergencial de gestão do acervo, nada ocorreu até o momento.

Nos dias que correm (maio de 2021), a Cinemateca Brasileira encontra-se com todas as suas atividades suspensas, o que inclui a programação de exposições, o acesso ao acervo documental, bibliográfico e filmográfico e, principalmente, a preservação técnica das obras lá depositadas. A grande perda, no entanto, foi a demissão dos profissionais especializados que trabalhavam nas áreas de conservação e documentação. Esses profissionais foram desligados sumariamente, sem o pagamento de seus direitos trabalhistas e sem qualquer oportunidade de realocação.

Diante do cenário crítico e da centralidade da Cinemateca Brasileira para a promoção cultural na cidade de São Paulo e no Brasil, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo foi chamada por várias entidades representativas da sociedade civil para que contribuir no debate e auxiliar na resolução do impasse. Um dos argumentos invocados é o de que Cinemateca Brasileira está instalada no antigo Matadouro Municipal, que é um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal concedido pela Prefeitura em 1988.

Como resposta a tal demanda, em 18/06/2020 a Comissão realizou uma ampla audiência pública virtual para discutir saídas para o órgão. Na oportunidade, diante das pressões, o Poder Executivo Municipal (nas figuras da Secretaria de Cultura e da SPcine) e os vereadores presentes se comprometeram em criar mecanismos legais (repasse e emendas parlamentares) para garantir minimamente o custeio dos gastos públicos básicos do órgão. Nas falas dos participantes, invocou-se o papel fundamental da Cinemateca Brasileira na preservação da cultura e da identidade nacional. Como proposição emergencial, houve a defesa de uma solução imediata para os problemas de curto prazo (manutenção rotineira e segurança) e exigiu-se a construção de um plano para o longo prazo. No que cabe ao Governo Federal, nenhuma posição clara e oficial foi emitida, ou seja, a Cinemateca Brasileira permanece sem um projeto de gestão e nenhuma outra medida foi apontada.

Dentro dessa ampla perspectiva histórica e cultural, a criação da Frente Parlamentar pode ser entendida como uma iniciativa necessária para acompanhar os desdobramentos e propor soluções para a crise da Cinemateca Brasileira.

Pelo exposto, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no âmbito de sua competência, entende que a propositura é meritória e deve prosperar. Sendo assim, favorável é o parecer.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 23/06/2021.

Eliseu Gabriel – PSB – Presidente

Celso Giannazi - PSOL

Cris Monteiro – NOVO

Eduardo Suplicy – PT

Eli Corrêa – DEM

Sandra Santana – PSDB - Relatora

Sonaira Fernandes – REPUBLICANOS – Contrário

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 24/06/2021, p. 80

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.